

# humanitas

**Vol. XXVII-XXVIII**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXVII E XXVIII



COIMBRA  
MCMLXXV-MCMLXXVI



ANTONIO TOVAR, *Iberische Landeskunde, Zweiter Teil, Die Völker und die Städte des antiken Hispanien, Band 2, Lusitanien*, Verlag Valentin Koerner, Baden-Baden, 1976 (pp. 124).

O volume que temos presente é apenas uma pequena parte da *Geografia Ibérica*, iniciada por A. Schulten, cuja primeira edição saiu em Strasbourg/Kehl (1955-1957) e a segunda foi editada por V. Koerner em 1974. Quem abre o volume estranhará que o índice apresente primeiro os títulos do estudo sobre a *Baetica* com indicação das páginas (pp. 7-37, iniciando-se nesta última a descrição das cidades da *Baetica*, que supomos irá até à p. 187) e passa então à Lusitânia, estudo que no tomo II da II parte ocupa as pp. 187-272. Seguem-se, comuns a ambos os tomos, um índice bibliográfico (pp. 273-281), uma lista de aditamentos (pp. 281-286), um índice geográfico (pp. 287-307) e três mapas apensos: — o da Ibéria segundo Ptolomeu, o da Bética e o da Lusitânia. Só nos foi pedido para apreciarmos a segunda parte do volume completo, a partir da p. 187, com um anterosto e rosto próprios para a Lusitânia.

A editorial Koerner foi feliz na escolha de A. Tovar para se ocupar da Lusitânia, pois o seu estudo mostra-se muito bem documentado e actualizado até data muito próxima da publicação. Os dados fornecidos são muito densos, por vezes até difíceis de seguir, devido à indicação das fontes no próprio texto, quase sempre através de siglas e números. Talvez fosse preferível possibilitar uma leitura corrente, remetendo as fontes para notas ao fundo da página. Observe-se ainda que devem ter-se presentes os *aditamentos* (cuja paginação já indicámos) com numerosas informações complementares (não necessariamente de trabalhos recentes).

O estudo compõe-se de 3 capítulos. No primeiro (pp. 187-191) trata-se de aspectos gerais de *A província da Lusitânia*: sua separação da *Hispania Ulterior*, talvez entre 12 e 2 a.C.; as suas fronteiras, a Norte genericamente delimitados pelo Douro, a Oeste e Sul pelo mar, e a Oriente talvez por Ávila e Talavera de la Reina, até entroncar na *Baetica*. A área dos três *conuentus* que a constituíam (*Pacensis*, *Emeritensis* e *Scallabitanus*) é difícil de precisar.

O cap. II (pp. 193-203) estuda *Os povos da Lusitânia*, isto é, os cónios ou celtas, os draganos, os celtas, os cempsos, os lusitanos (de quem se ignora a origem e o ponto de chegada), os túrdulos e os vetões, todos dados como indo-europeus, excepto talvez os cónios, classificados de autóctones, se não estão ligados aos cempsos, os quais possivelmente devem relacionar-se com os lígures. São os lusitanos que merecem maior atenção (pp. 196-201), embora a história da sua luta com os romanos seja excessivamente resumida.

O cap. II (pp. 205-272) é dedicado à descrição das *cidades e povoações*. São apresentados 147 títulos, a começar pelo Sul, passando ao Oriente, depois ao interior e ao Norte e finalmente a núcleos populacionais não identificados. Notemos, no entanto, que, várias vezes, sob o título de uma terra principal, são apontadas outras localidades. É o caso de *Eburobritium* (pp. 263-264), identificado como Évora de Alcobaça (que é acrescido de Alcobaça, Alfazeirão, Amoreira de Óbidos e Abobriz) e de *Olisipo* (pp. 266-268), a cujo propósito são referidos os arredores de Lisboa,

como Oeiras, Cascais, Sintra, Vila Verde e S. Miguel de Odrinhas. Faz-se um grande esforço para identificar todos os locais, o que muitas vezes não é possível com a certeza desejada.

Afirmado o grande valor deste estudo de A. Tovar, limitamo-nos a breves notas de carácter linguístico. Colhe-se a impressão de que a tradução do original espanhol para o alemão não foi bem revista. Por exemplo, os nomes dos rios parecem flutuantes: Douro (pp. 188, 254, 255, 271), Duero (pp. 199, 201, 203, 269), Tejo (pp. 189, 268), Tajo (pp. 194, 233, 239, 272) e Tagus (pp. 198, 264, 266, 269, 271).

Sobre a enigmática origem dos lusitanos (p. 200) a etimologia do seu nome é apresentada como ligada ao culto de Baco: lat. *lusus*, gr. *λύσσα* (opinião de Plínio 3, 8). Anote-se, no entanto, que Lambrino relaciona os *lusos* com o lago de *Lousonna*, na Suíça. O nome de *Olisipo* ou *Olisippo* terá mudado para *Ulissippo* por etimologia popular, a qual relaciona Lisboa com Ulisses (p. 266). Aceita como própria a designação *Katraleukos* (p. 214), mas reconhece que esta forma virá de *κάρτα λευκά*. Este lugar é situado «em Alvalade, entre Beja e Sines». Apresenta-se também a proposta de Levy Jordão que o identifica com o Crato. Devia mencionar-se que tem também sido apresentada a hipótese de *Castraleuca* se localizar em Castelo Branco, baseada precisamente na tradução do nome grego dessa povoação. A abundante remissão para inscrições faz desta obra um manancial inesgotável para a epigrafia e a linguística latinas.

JOSÉ GERALDES FREIRE

JORGE DE ALARCÃO, *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga, Coimbra, 1974, pp. 208 + LXXX estampas.*

A cidade romana de Conímbriga, que já foi objecto de tantos estudos, sob diversos aspectos, está agora enriquecida com uma análise rigorosa da sua «cerâmica comum», isto é, dos objectos de barro e materiais afins, que serviam para uso diário da casa.

Após uma referência aos estudos sobre cerâmica comum lusitano-romana, temos uma breve descrição do que foram as escavações luso-francesas de 1964 a 1971. Começa então o estabelecimento dos critérios e da terminologia exacta que ajudem a classificar as «louças» encontradas em Conímbriga, desde as primeiras tentativas de Virgílio Correia (1912).

Há muitos milhares de peças. Jorge de Alarcão diz ter desenhos de 4700, dos quais publica nesta obra 1180. O interesse maior está em se nos apresentar aqui uma catalogação e descrição científica das principais peças, organizadas por tipos e por camadas estratigráficas.

A exposição avança segundo um critério cronológico e comporta as seguintes divisões: *cerâmicas* da idade do ferro; — de fabrico manual; — torneadas de tradição indígena; — alto-imperiais; — tardo-romanas; — provavelmente tardo-romanas; e

cerâmicas de cronologia incerta. Vêm depois os quadros cronológicos, precedidos de notas explicativas, onde nos é dada esquematicamente a posição que cada peça-tipo ocupa no espaço e no tempo. Depois da invasão dos suevos (em 465 ou 468) a vida de Conímbriga entrou em declínio, de modo que poucos materiais pertencem à época dos bárbaros.

A ilustrar a maior parte das peças descritas temos LXXX páginas estampadas, com 1075 desenhos, 59 fotografuras a preto e branco e 9 a cores (incluindo a primeira, que se encontra no anterrosto: um vaso ritual fálico, descrito sob o n.º 609 nas pp. 103-105).

A valorizar esta tese de doutoramento temos ainda a inclusão de um «relatório sobre a análise científica das pastas» (pp. 173-202), pela dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Seixas, investigadora da Fundação Calouste Gulbenkian.

Como é natural, a descrição de objectos que provêm da época romana de Conímbriga deparou também com alguns problemas linguísticos. As estampas LXI-LXIII reproduzem grafitos de 27 peças, em alguns dos quais é possível divisar palavras completas. A sua leitura e interpretação virá a constituir um volume à parte, o II, do relatório geral sobre as escavações luso-francesas de 1964 a 1971.

Há, no entanto, outro confronto com o latim: — é quando se procura fixar a nomenclatura das formas (pp. 32-35). Aí se tenta ajustar a melhor denominação portuguesa com a designação latina, servindo de referência, principalmente, o *De re coquinaria*, de Apício. Notamos que as *tigelas* ou *malgas* são apontadas sob 6 nomes latinos diferentes — e talvez fosse possível aqui encontrar equivalências mais diversificadas. Em contrapartida, há objectos como *copo*, *cântaro* e *pote* cujo equivalente latino não vem mencionado.

De interesse também a referência às *tabellae defixionum*, a propósito do *phalus* (pp. 103-104). Supomos que está errada a transcrição: *perfeci*, numa legenda em que se aclama o final de uma construção doméstica: *Intra, fruer<e> baias quas perfici denegabas*. Entendemos que se trata do infinito passivo *perfici*, e não do perfeito activo *perfeci* (p. 104).

Notamos a falta, pelo menos, de um índice bibliográfico e de outro onomástico. O próprio índice geral é omissivo sobre a diversidade de gravuras que se encontram na parte final, a partir da p. 208.

O livro constitui o vol. 8 dos Suplementos de *Biblos*, revista da Faculdade de Letras de Coimbra, e está ricamente documentado com bibliografia, mesmo a mais recente, e com tão numerosas e perfeitas gravuras.

JOSÉ GERALDES FREIRE

J. B. SKEMP, *Plato, (Greece and Rome. New Surveys in the Classics n.º 10)*. Oxford, at Clarendon Press, 1976. 63 pp.

O incremento que os estudos platónicos têm ultimamente tomado fazem cada vez mais sentir a necessidade de instrumentos bibliográficos que não sejam meramente informativos mas também críticos e selectivos. É nessa linha de orientação que se insere este trabalho do Prof. Skemp, reunindo o que de melhor se tem publicado em língua inglesa (com ocasionais referências a outras obras em língua francesa ou alemã) sobre Platão. Seria contudo errado encarar a presente obra como «bibliografia» — designação que, aliás, expressamente se rejeita (p. 3); tão importante como o material bibliográfico citado é sem dúvida a síntese que o A. se propõe dar dos principais aspectos e actuais tendências da investigação platónica. Conjugando estes dois objectivos, o Prof. Skemp apresenta uma obra de real interesse que, não obstante as limitações aludidas (p. 3), constitui um balanço muito significativo da chamada «questão platónica» nos nossos dias. Analisemos sumariamente os tópicos tratados.

No cap. I, «Introduction», dá-se uma pormenorizada panorâmica bibliográfica em geral, incluindo estudos, edições, léxicos, comentários, etc.. No cap. II, «The Platonic Corpus», discutem-se sucessivamente problemas de autenticidade (com particular relevo para a *Carta VII*), da ordem dos diálogos, dos *ἀγραφα δόγματα*, as «doutrinas não escritas». «Plato, Socrates and the Sophists», cap. III, trata a questão da figura histórica de Sócrates, das relações entre Sócrates e Platão, Sócrates e os Sofistas, à luz dos diálogos platónicos. No cap. IV, «Plato and Politics», analisam-se em especial as controvérsias suscitadas à volta da doutrina «comunizante» ou «fascizante» dos principais diálogos visados, *República* e *Leis*. O capítulo seguinte, «Plato's Metaphysical System: the Forms», trata respectivamente o problema dos «universais» em Sócrates (a definição socrática), a relação entre a teoria das Ideias, *anamnesis* e conhecimento, e ainda algumas dificuldades levantadas pelos últimos diálogos, nomeadamente o problema do Não-Ser e o chamado «argumento do terceiro homem». O cap. VI, «Plato's Theory of Knowledge» (título inspirado na obra homónima de Cornford), tem sobretudo por objecto questões específicas do conhecimento no *Sofista* e no *Teeteto*. Segue-se um capítulo sobre Psicologia, Estética e Ética («Psychology, Aesthetics and Ethics»), onde merece destaque a análise da noção de *psyche* e a breve, mas sugestiva perspectiva da ética platónica, em confronto com a noção de justiça e o conceito de prazer. O cap. VIII, «Plato's Physics: the *Timaeus*», incide em aspectos de conteúdo do referido diálogo, que servem também de fundamento para uma datação tardia da obra (contra G. E. L. OWENS, «The Place of the *Timaeus* in Plato's Dialogues», *C.Q.N.S.* 2 [1953], 79-95). A relação entre as Formas e a teologia platónica (baseada, segundo o A., numa «espécie de fé teística numa divindade pessoal», p. 60) é objecto de análise no cap. IX, «Plato's Theology: the Ultimate Cause», orientado para a conclusão de que a Ideia do Bem não substitui a noção de Divindade como *ἀρχή κινήσεως*. Por último, o cap. X, «The Latest Phase: The Unwritten Doctrines», retoma um tópico já afluído no cap. II, reforçando, com argumentos mais circunstanciados, a posição negativa